

nomeação desses servidores, para que eles possam ingressar nos cargos nos quais foram aprovados.

Eu faço aqui essa exigência. Lembrando que o exame médico que todos eles já fizeram vence em seis meses - olha só o transorno, a crueldade da Seduc para com esses servidores.

Todos eles já estão na rede estadual, muitos deles são diretores que vão assumir esses cargos, que serão ocupados através dos concursos públicos, de provas e de títulos. Então fica aqui o nosso pedido, e que isso seja feito em caráter de extrema urgência. A Secretaria da Educação... O que vocês estão fazendo? Não é possível que há mais de seis meses ainda não tenha ocorrido a nomeação desses servidores.

Então, Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de que cópia do meu pronunciamento fosse entregue, encaminhada à Seduc, ao secretário estadual de Educação.

E que ele faça a nomeação, em caráter de extrema urgência, dos servidores aprovados nesse concurso, e também que faça mais chamadas, porque tem muitos cargos vagos de supervisor de ensino. De diretor, nem se fala; tem que abrir concurso para direção de escola. Tem mais de duas mil vagas.

Então, tem que aumentar o número de vagas para o concurso de professores. Quinze mil vagas, como saiu no edital, são insuficientes. Nós precisamos de, no mínimo, 100 mil vagas no edital para os professores da rede estadual. E também que haja concurso de PEB I, para as séries iniciais do ensino fundamental.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - LUCAS BOVE - PL - Ok. Será encaminhado conforme solicitação de Vossa Excelência.

O SR. MAJOR MECCA - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - LUCAS BOVE - PL - É regimental. Tem V. Exa., deputado Major Mecca, o tempo de dois minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, queria aqui prestar um apoio à exposição que fez o deputado Gil Diniz em relação a esse programa que é levado a efeito dentro do Hospital das Clínicas, um hospital pelo qual temos imenso respeito, um hospital que sempre tratou e recepcionou os nossos policiais de forma bastante acolhedora, bastante técnica, e que salva vidas diariamente.

No entanto, esse programa que trata de crianças de três anos, como falou o deputado Gil Diniz, para mudança de sexo é uma aberração que testemunhamos no seio da nossa sociedade.

Precisamos combater iniciativas e medidas como essa, que buscam desconstruir a família, que é a célula mater da sociedade, que é o que nós sempre aprendemos: o respeito aos nossos pais, o respeito aos nossos irmãos, aos nossos amigos, o respeito ao próximo, independentemente da cor da pele, independentemente da opção sexual, da opção religiosa ou da classe social a que pertence. Temos que respeitar a todos.

Esse repúdio nosso a esse tipo de programa, deputado Gil Diniz, é porque essa é somente mais uma das violações dos valores da sociedade brasileira. Como foi falado hoje aqui, o deputado Gil Diniz citou a recepção feita a um líder autoritário venezuelano, acusado na Organização das Nações Unidas por sérios crimes contra os Direitos Humanos, desde tortura até a manutenção de presos sem prova alguma em centros de detenção provisória.

Um autoritário, um líder que joga tanques de guerra em cima de pessoas que estão exercendo a liberdade de expressão e se manifestando contra os absurdos que acontecem naquele país.

Quando fazemos um repúdio aqui do plenário desta Casa Legislativa, é porque temos preocupação com o futuro da nossa nação, porque não aceitamos um presidente da República receber uma pessoa como essa, Nicolás Maduro, com honras militares.

É algo que nós também não aceitamos. Eu, como militar que sou, servi por mais de 35 anos ao povo do nosso estado e do nosso país. Eu nunca prestaria continência a um líder autoritário como aquele.

Ele nunca receberia uma continência minha em solo brasileiro ou em qualquer lugar do planeta, porque não compactuamos desses valores que desrespeitam a dignidade da pessoa humana.

Então fica aqui o nosso repúdio a esse trabalho que é feito dentro do Hospital das Clínicas e fica aqui o nosso repúdio ao comportamento do atual presidente da República, que desrespeitou a Nação brasileira, assim como já o fez em inúmeras outras oportunidades e o faz diariamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUCAS BOVE - PL - Obrigado, nobre deputado Major Mecca. Eu peço vênia aqui para corroborar com suas palavras e as palavras do deputado Gil Diniz nós só em relação ao objeto da CPI do HC, como também à questão da recepção do presidente da Venezuela, mas principalmente em relação à defesa dos nossos policiais que sofreram e continuam sofrendo diariamente.

Então o senhor conta também com a assinatura deste deputado no seu projeto e parabenizo o senhor pelo brilhante trabalho que o senhor vem fazendo - eu acompanho já desde a legislação passada - em defesa das polícias paulistas.

Dando sequência à lista de oradores inscritos, deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.)

Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy, por permuta com o deputado Paulo Mansur. Tem V. Exa., nobre deputado Eduardo Suplicy, o tempo regimental de dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente Lucas Bove, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de assinalar que ontem o Senado aprovou o novo Bolsa Família com o benefício médio mensal que deve ir para 714 reais para a família. Então a medida provisória foi aprovada de forma simbólica, sem contagem de votos.

O texto antes aprovado na Câmara, na terça-feira, agora vai seguir para a sanção do presidente. Uma das principais mudanças é a inclusão de lactantes no público-alvo do benefício adicional de 50 reais por mês.

O texto enviado pelo governo Lula ao Congresso Nacional estendia o bônus apenas para crianças e adolescentes de sete a 18 anos. Esse texto aprovado também prevê a continuidade do pagamento do extra de 50% do valor do botijão de gás para beneficiários do programa Auxílio Gás.

O vale gás foi instituído, inicialmente, por uma medida provisória própria. Após o impasse entre as duas Casas, no início do ano, houve o acerto para tramitação desse texto, incluindo o vale gás na medida provisória do Bolsa Família.

Como o programa de Auxílio Gás perderia validade nesta sexta-feira, o Congresso acelerou a votação da proposta do Bolsa Família, que é válida até o fim de junho, para evitar o fim do benefício. Este benefício é pago hoje para cerca de 5,7 milhões de famílias.

E o texto também autorizou que beneficiários do Programa Bolsa de Prestação Continuada venham a contratar empréstimos consignados, podendo empenhar até 35% do valor mensal do auxílio no pagamento de prestações, ante 45% para beneficiários do INSS. Desse percentual, 30% podem ser destinados somente para empréstimos e financiamentos e 5% para despesas do cartão de crédito consignado.

A versão aprovada também estabelece que o Executivo edite regras para que uma família possa acumular Bolsa Família e o benefício da prestação continuada, pagar idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

A ideia é que, no futuro, os valores recebidos pelo benefício da prestação continuada não sejam considerados na hora de avaliar se uma família tem a renda exigida para ser beneficiária do Bolsa Família.

O dispositivo foi incluído pelo Governo durante a votação na comissão mista. Diante da possibilidade de que os parlamentares aprovassem o acúmulo dos benefícios imediatamente, o impacto foi estimado pelo Governo em 19 bilhões.

Então, em abril, o presidente Lula cumpriu a promessa de campanha, lançando o Bolsa Família. Podem receber o benefício as famílias com renda mensal de até 218 reais por pessoa.

O novo formato do Bolsa Família prevê o valor adicional de 50 reais para famílias com gestantes, crianças e jovens entre sete e 13 anos. Esse benefício ainda não entrou em vigor.

Técnicos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social dizem que o sistema da Caixa responsável pelos pagamentos do Bolsa Família está sendo atualizado e, em junho, esse complemento passa a ser depositado.

Com isso, o valor médio por família, no programa social, chegará a 714 reais esperados pelo Governo. A renda mensal atualmente é estimada em 670 reais por família. No fim de 2021, quando o então presidente Bolsonaro trocou o Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, o benefício médio era de 242 reais por mês.

O Programa Auxílio Brasil foi, portanto, por essa medida provisória e decisão agora, já, das duas casas do Congresso Nacional, foi extinto, voltando a existir com sua plenitude o Programa Bolsa Família.

É importante assinalar que no parágrafo 1º do Art. 1º da Medida Provisória que agora comento, está que o Programa Bolsa Família constitui uma etapa do processo de implementação da universalização da renda básica de cidadania, que, portanto, será um dia universal e incondicional para todos os seres humanos no Brasil, inclusive os estrangeiros aqui residentes há cinco anos ou mais, a ninguém será negada, até para os deputados estaduais aqui presentes, sim, para o mais bem sucedido empresário brasileiro, para mim próprio, para todos os moradores em situação de rua presentemente, sim: todos vamos receber.

Obviamente, os que temos mais, vamos colaborar para que nós próprios e todos os demais venham a receber. Aqueles que quiserem saber bem mais detalhes a respeito, poderão ler a oitava edição do meu livro, Renda de Cidadania - A Saída é pela Porta, onde estão publicados também 21 páginas, que correspondem aos 70 minutos de diálogo que eu mantive com o presidente Lula no dia em que eu completei 80 anos de idade, 21 de junho de 2021, no qual eu digo a ele que me empenharei de toda maneira para que ele venha a ser eleito presidente da República, como aconteceu em outubro do ano passado.

E da parte dele, ele, então, ressalta como a renda básica de cidadania universal e incondicional é agora algo que pensadores destacados em todo o planeta Terra têm defendido e que poderá ser algo muito importante, sobretudo para aqueles objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, assinalados no Art. 3º de nossa Constituição: erradicar a pobreza e promover maior igualdade, e, não importando qualquer origem da pessoa, todos terem o direito de viver com dignidade e de maneira que possa lhes proporcionar o maior grau de liberdade possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - LUCAS BOVE - PL - Obrigado, nobre deputado sempre senador Eduardo Suplicy. Obrigado pelas palavras.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUCAS BOVE - PL - Nobre deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - Vossa Excelência me permite uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - LUCAS BOVE - PL - É regimental. Tem V.Exa. o tempo de dois minutos.

O SR. GIL DINIZ - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, só para manifestar aqui o meu lamento em relação à Câmara de Vereadores de Ribeirão Preto na data de ontem não ter casado o mandato da vereadora Perla Muller.

A vereadora, deputado Major Mecca, disse numa entrevista, ao se referir à dona Olinda Bonturi Bolsonaro, mãe do nosso presidente, que faleceu aos 94 anos, rindo, deputado Lucas, disse que dona Olinda deveria ter morrido há 66 anos.

É o ódio do bem, está liberado. Para eles, está tudo liberado, inclusive desejar a morte de uma mulher. E falar, deputado Mecca, com a maior naturalidade possível.

Olha, a dona Olinda, que eu conheci, uma pessoa doce, Mecca, uma pessoa simples, humilde, uma pessoa feliz que veio a falecer há pouco tempo. Eu fico pensando aqui: qual é o limite dessas pessoas? Vocês imaginam se um deputado nosso, desse lado aqui, disser algo semelhante a isso, referindo-se ao descondenado, o escândalo que iria ser?

O deputado Lucas tem uma nota de repúdio que protocolou aqui e vai para as comissões. Eu espero que a Comissão de Direitos Humanos aprove essa nota de repúdio a essa vereadora, ao menos isso, porque por covardia aqui, esses vereadores resolveram, com seu voto, dar a chancela que ela pode falar tudo, inclusive desejar a morte de uma mulher, numa entrevista sorrindo, ironizando.

Então, espero que ao menos a nossa Comissão, que representa também o nosso Parlamento, possa ao menos censurar um tipo de fala como essa da vereadora Perla Muller, que desejou, entre outros absurdos, a morte de dona Olinda Bonturi, 66 anos atrás, ironizando.

Então, é o ódio do amor. Então, para a esquerda, está liberado desejar, entre outras coisas, a morte de mulheres.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GIL DINIZ - PL - Se houver acordo aqui entre os líderes, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - LUCAS BOVE - PL - Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V.Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 39 minutos.

5 DE JUNHO DE 2023 54ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão. Cumprimenta servidoras aposentadas, presentes nas galerias. Tece considerações acerca dos impactos da EC 103/19 nas aposentadorias e pensões de servidores públicos.

2 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - REIS

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - EDUARDO SUP LICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

7 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - REIS

Assume a Presidência.

9 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 06/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rui Alves. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental.

Enquanto V. Exa. se aproxima da tribuna, quero registrar aqui a honrosa presença das nossas colegas, servidoras aposentadas, Manoela e Fátima, que estão trazendo aqui a necessidade urgente da participação de todos os servidores do estado de São Paulo - os municipais, os estaduais, aposentados e pensionistas - no movimento para entrar no site do governo federal, que trata da questão do Brasil Participativo, de tal forma que a gente possa colocar em primeiro lugar a proposta da revogação do Art. 149, da Emenda Constitucional nº 103, que autoriza o confisco das aposentadorias e pensões, em todo o território nacional.

A nossa luta é para que esse artigo seja revogado, anulado, imediatamente. Então, é muito importante a participação nesse movimento.

Depois, nós vamos dar mais detalhes, logicamente, de como acessar o site, de como participar, porque é muito importante que haja participação na elaboração, uma participação popular, na participação do PPA, que é o Plano Plurianual do governo federal.

Então ele está abrindo para que a gente possa participar. Uma das lutas que nós travamos em São Paulo, é a derrubada do confisco em todos os estados. Mas nós temos que alterar a Constituição Federal. Nós temos um movimento forte, com a elaboração de uma emenda à Constituição, da deputada federal Luciene Cavalcante.

Então esse movimento é fundamental. Parabéns pela luta de vocês, que foi fundamental para que nós pudéssemos derrubar o confisco das aposentadorias aqui no Estado de São Paulo. E que tenho certeza de que terá êxito também para derrubar o confisco das aposentadorias aqui na Capital.

Com a palavra, o deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saudar o presidente Carlos Giannazi, que conduz os trabalhos da mesa na data de hoje. Saudar os companheiros que estão fazendo parte do nosso Pequeno Expediente, que é uma luta que tem que realmente travar no País como um todo, por conta da Emenda 103.

Na Capital também, por conta dos servidores que ainda estão contribuindo com 14% dos seus ganhos. E para devolver também o dinheiro que foi confiscado e que tem que ser devolvido. Porque, se foi confiscado, e foi reconhecido que houve o confisco, tem que devolver para os servidores.

Sr. Presidente, na sexta-feira o governador Tarcísio de Freitas mandou, para esta Casa, o projeto que trata do abono para os servidores que tem que complementar os seus salários.

Mas o governador ainda está devedor das carreiras do funcionalismo público, porque ainda não chegou nesta Casa o projeto de lei para reajustar o salário dos profissionais da Educação, da Saúde, de todos os funcionários públicos.

Até agora, somente a Polícia Civil, a Polícia Militar, a qual nós votamos o projeto, e o salário mínimo regional de 1.550 reais. Mas as demais carreiras ainda estão aguardando.

Chegou então esse projeto, para que o bônus seja concedido, para que se complemente o salário dos servidores que ganham menos de um salário mínimo. Que é o caso dos oficiais administrativos, entre outros, que têm um salário de 490 reais.

Então a gente quer cobrar o Sr. Governador, para que ele faça isso o quanto antes. Porque esse mês de junho vai passar que nem um relâmpago. E várias matérias têm que ser votadas nesta Casa, inclusive a LDO.

E dizer para ele que, como todo pagamento, todo o sistema de reajuste do governador, é só para agosto. Começa 1º de julho, para pagamento em agosto. Então, que ele faça isso o quanto antes.

Sr. Presidente, também quero falar hoje, deixar registrado aqui sobre o dia de luta, hoje é o dia de luta, dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Depois da Câmara dos Deputados aprovar o Projeto de Lei nº 490, de 2007, que impõe o chamado marco temporal para a demarcação das terras indígenas, e do Senado ter diminuído a força dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, o presidente Lula começa a retomar as rédeas da política nacional para o Meio Ambiente.

Hoje, 5 de junho, Dia do Meio Ambiente, às 15 horas, o presidente Lula e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, vão anunciar uma série de medidas para a proteção do Meio Ambiente, e dos chamados povos originários, ou seja, os indígenas.

Um dos anúncios a serem feitos pelo presidente é do novo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Além da criação de novas unidades de conservação, que serão coordenadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

As medidas a serem anunciadas hoje são uma resposta à aprovação de propostas que visam enfraquecer e até acabar com a política do governo Lula.

É bom que o presidente Lula reaja, e demonstre fortemente que não admitirá a ação de nenhum novo Eduardo Cunha, e nenhuma pauta bomba para detonar o seu governo, e prejudicar programas pensados e planejados para beneficiar o povo. Especialmente os mais pobres, que só foram prejudicados pelas políticas irresponsáveis dos últimos governos.

A nossa interpretação é de que uma parte do Congresso quer impor ao governo eleito do presidente Lula o modelo de gestão do governo anterior. E isso não vai acontecer, porque o resultado que a urna nos deu foi a vitória, pelo voto limpo e democrático, e isso deve ser respeitado, Sr. Presidente.

Então, hoje, 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, é um dia de luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, deputado Reis. Peço que V. Exa. continue aqui presidindo os trabalhos para que eu possa fazer uso da tribuna.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores do Pequeno Expediente, deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Itamar Borges.

(Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, deputado Suplicy, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, saudar novamente aqui a presença das nossas aposentadas, a Manuela e a Fátima, que representam um movimento importante de resistência e de luta contra o confisco das aposentadorias e pensões.

Estão trazendo uma proposta importante aqui, não só para o nosso mandato, mas eu quero estender a todos os mandatos, de tal forma que a gente possa divulgar a participação popular, sobretudo dos aposentados, pensionistas e servidores em geral, no site do governo federal, com contribuições para a construção do projeto plurianual, que está sendo construído agora coletivamente pela sociedade.

É muito importante que todos entrem ali, falando de uma questão gravíssima, que é o confisco das aposentadorias e pensões.

Em São Paulo, nós derrubamos, através de muita luta e resistência; os “tuitaços” foram fundamentais para que isso ocorresse.

Estamos em luta na Prefeitura de São Paulo para derrubar o confisco, o assalto, o roubo em curso, praticado pelo atual prefeito Ricardo Nunes. Lá, nós temos o PDL 92, do vereador Celso Giannazi, um instrumento legislativo importante de mobilização e de incentivo, também, ao debate desse tema na Câmara Municipal, para derrubar o confisco e o Sampaprev, eu diria que como um todo. Todo o Sampaprev, toda aquela reforma feita contra os servidores é perversa.

Em nível nacional, nós estamos com o movimento da deputada federal Luciene Cavalcante pela revogação do Art. 149, da Emenda no 103. Aqui em São Paulo, nossa luta é pela devolução do que foi roubado e assaltado pelo governo Dória/Rodrigo Garcia, tanto é que eu apresentei o Projeto de lei Complementar no 09, que cria as condições para que haja essa devolução.

Mas, além disso, eu também apresentei uma emenda à LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias do estado de São Paulo, que será votada agora, no final do mês. E é a Emenda no 01, inclusive; não tem como errar. A primeira emenda à LDO de 2023 é, Manuela e Fátima, a emenda para a devolução dos valores confiscados pelo governo estadual. Está lá.

Então, tem dois instrumentos concretos aqui, do ponto de vista legislativo: a Emenda no 01 à LDO e o projeto de lei complementar. São duas iniciativas aqui do Legislativo, iniciativas concretas, para que a gente possa colocar em prática a devolução dos dois anos de confisco, de roubo e de assalto das aposentadorias e pensões.

É muito importante que a Assembleia Legislativa, como fez em relação à derrubada do confisco, no ano passado, faça o mesmo agora com a devolução, votando na nossa emenda, a Emenda nº 1, e no nosso PLC nº 9, Projeto de lei nº 9.

Quero ainda, Sr. Presidente, aproveitar o Pequeno Expediente, nesta parte do meu pronunciamento, para fazer aqui uma exigência à Secretaria Estadual de Educação para que faça a nomeação, em caráter de extrema urgência, das pessoas aprovadas no concurso de 2018 ainda, para o cargo de agente de organização escolar.

As pessoas foram aprovadas em 2018, houve a nomeação dessas pessoas, a escolha, desculpa, a escolha das vagas no ano passado. Exatamente, Sr. Presidente, eu tenho aqui os dados: as escolhas foram feitas no dia 17 de novembro de 2022, e até agora elas não foram nomeadas nesses cargos de agente de organização escolar, mesmo com tudo o que aconteceu, com a violência nas escolas, com as mortes, e nós sabemos muito bem que uma das causas é a falta de servidores, é o déficit, principalmente, de agentes de organização escolar. Quase todas as escolas do estado de São Paulo estão com o seu quadro incompleto, com o módulo incompleto de agentes de organização escolar. Eu denunciei na escola Thomazia Montoro, quando houve a morte da professora, nossa colega da rede estadual, Elisabeth.

Eu fui lá logo que aconteceu o crime. Às 11 horas eu estava lá, as professoras me ligaram. Eu constatei algo gravíssimo. É uma escola PEI, de período integral, deputado Reis, e só tinha três agentes de organização escolar.

Não é possível que isso esteja acontecendo, mas está acontecendo em toda a Rede Estadual de Ensino. No entanto, essas pessoas foram aprovadas, passaram, escolheram, já fizeram o exame médico e não foram chamadas até agora. Olha o absurdo, Sr. Presidente. Então, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, eu quero exigir, Sr. Presidente, que o governo cumpra a legislação.

As pessoas escolheram antes do fim do concurso, que venceu no mês 12 de 2022, porém as pessoas que escolheram devem ser nomeadas imediatamente, porque as escolas estão precisando dos agentes de organização escolar. O mesmo vale para os supervisores de ensino, que estão na mesma situação: foram aprovados no concurso e, desde o ano passado, estão esperando também a nomeação. Já escolheram suas vagas, já fizeram o exame médico, mas há quase seis meses estão esperando a nomeação.

São cargos vagos, há um déficit enorme na rede estadual de professores, de agentes de organização escolar, de diretores. Há mais de dois mil cargos vagos para direção de escola na rede estadual. No entanto, o governo não realiza concurso público e, quando realiza, não faz a chamada e, quando faz a chamada, não faz a nomeação. Então são várias lutas que nós travamos aqui ao mesmo tempo.

Peço, Sr. Presidente, para que esta parte do meu pronunciamento seja encaminhada ao secretário estadual de Educação e também ao governador Tarcísio de Freitas, e que a nomeação dos agentes de organização escolar seja feita em caráter de extrema urgência, das pessoas aprovadas para o cargo, e também dos aprovados para o cargo de supervisor de ensino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Defiro o pedido de V. Exa. para que as notas taigráficas sejam encaminhadas à Secretaria de Educação.

Seguindo a lista de oradores, a próxima oradora é a deputada Marta Costa. (Pausa.)

Entrando na Lista Suplementar, deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. presidente, deputado Carlos Giannazi, deputado Reis, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, daqui a pouco, às 15 horas, eu serei recebido pelo governador Tarcísio de Freitas em uma audiência aqui, onde ele estará acompanhado de alguns secretários, como os da Segurança, da Habitação, e outros, para dialogarmos a respeito de objetivos importantes, de como fazer com que São Paulo se torne uma cidade mais solidária, fraterna, justa, em todas as suas ações.

Embora eleito pelo Partido dos Trabalhadores, portanto na oposição, eu quero ter um diálogo muito construtivo e respeitoso com o governador o Tarcísio de Freitas, sobre os mais diversos temas, entre os quais um que resultou de ação rápida ontem na aldeia Guarani, ali no Pico do Jaraguá, onde eu pude presenciar, juntamente com outras deputadas estaduais aqui, como a Monica, como a Luana, e outras, porque estávamos bastante preocupados com aquela manifestação que foi reprimida de uma maneira muito inadequada por parte das forças da Polícia Militar, no último dia trinta.

Aconteceu então que propusemos que houvesse um diálogo dos responsáveis pela Polícia Militar ali na Zona Oeste de São Paulo, e então o comandante da PM da Zona Oeste, mais o capitão João Antônio, ambos se dirigiram à Casa de Reza dos índios guaranis, e ali, por quase duas horas, uma hora e meia pelo menos, eles puderam ouvir o testemunho das lideranças